

Jango: personagem nos jornais e nos documentos da Ditadura Militar

A partir da tarde de ontem, principalmente depois que desceram os tanques da Vila Militar, dez dos quais foram colocados em frente ao Ministério da Guerra, onde também se encontram numerosos carros blindados e de combate, a crise político-militar pareceu assumir aspectos realmente perigosos, com a cidade sob o domínio de grande tensão e povo como que à espera de uma revolução a qualquer momento.

À margem dos preparativos da população como que para prevenir-se, sacando nos bancos e adquirindo mantimentos, ocorreram diversos incidentes entre populares e policiais, e dos quais o de maior gravidade se verificou na Federação dos Estivadores, na rua Santa Luzia. A esta altura, em conseqüência da paralisação dos trens da Central e da Leopoldina, respectivamente, às 17h30m e às 19h30m, a cidade parecia em colapso no setor de transportes, com grandes filas se formando ao longo dos pontos de ônibus e lotações para a Zona Norte e cidades fluminenses. As sedes das ferrovias e os demais próprios federais passaram, então, a ser guarnecidos por tropas do Exército. A tensão crescia à medida que circulavam as notícias sobre a situação em Minas, onde já se teria iniciado a revolução. Toda Minas, principalmente a capital e cidades como Governador Valadares e Juiz de Fora, já anteriormente agitadas, estavam, segundo os comentários, "pegando fogo". As rodas de populares discutindo política se formavam e não eram poucos os incidentes registrados entre os mais exaltados.

A perspectiva mais alarmante da situação brasileira funda-se num dado concreto que não é possível obscurecer. É o fato de que jamais em nossa História, e até o presente, as esquerdas radicais - nomeadamente o comunismo e suas clássicas correntes auxiliares - estiveram tão à vontade, desfrutaram tanto prestígio e aproximaram-se tanto do êxito quanto no momento atual.

Por mais que negaceie, tergiverse e dissimule, o Sr. João Goulart, ninguém poderá negar - porque está à vista de todos, porque é público e ostensivo - que os elementos chamados de "formação marxista" não somente conseguiram infiltrar-se facilmente em todos os postos, como também são os preferidos pelo governo para esses postos, sobretudo os de comando e de direção.

Atualmente, no presente governo, que ainda se diz democrata, a ideologia marxista e mesmo a militância comunista indisfarçada constituem recomendação especial aos olhos do governo. Como se já estivéssemos em pleno regime "marxista-leninista", com que sonham os que desejam incluir sua pátria no grande império soviético, às ordens do Kremlin. (...) (*Diário de Notícias*, 1º de abril de 1964).

*

O fim de março se aproximava. A última semana do mês seria de recesso: a Páscoa cairia no dia 29. A partir do dia 25, quarta-feira santa, o país na certa pararia – e a crise também. O santificado hiato faria bem a todos. Membros do próprio governo, como Jango e Abelardo Jurema, ministro da Justiça, partiriam para descansar em fazendas de amigos. Diversos dispositivos militares estavam em alerta para desfechar um movimento, alguns contra, outros a favor do governo. Estes, porém, limitavam-se a uma ficção na qual toda a esquerda acreditava.

De Juiz de Fora, em companhia de sua mulher, o general Olympio Mourão Filho, comandante do Quarto Exército, foi visitar igrejas em Ouro Preto. O governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, mais esperto do que o general, costurava a conspiração golpista, afinal todos os dias são santos, dias do Senhor, e ele não iria parar por causa de uma semana santificada ou não.

Lacerda fora informado de uma agitação na Marinha, mas parecia assunto menor, marinheiros que desejavam vestir-se à paisana quando estivessem em serviço. Na Barra da Tijuca, uma equipe dirigida por Glauber Rocha tomava as últimas cenas de *Deus e o diabo na terra do sol* – mar virando sertão, sertão virando mar. Brigitte Bardot passeava pelas praias de Búzios.

Com uma crise de apendicite – e aqui começo a falar mais do meu umbigo do que do golpe militar – internei-me no Hospital Evangélico, na Tijuca, sendo operado pelo meu primo Nelson e pelo meu irmão José, na véspera do meu aniversário. Avisara à redação do *Correio da Manhã* que ficaria uns dias de molho.

Os grupinhos de jovens, que começavam a assumir outra espécie de poder, ouviam o mais espantoso fenômeno musical da época: os Beatles, uns rapazes de Liverpool que, agrupados num conjunto de rock, cantavam *A Hard Day's Night*. Foi a última música que ouvi, no rádio do carro que me levava para o hospital da rua Bom Pastor.

Começava a noite de um dia muito difícil.

Duas semanas depois, já em casa, na rua Raul Pompéia, em Copacabana, recebi o telefonema de Carlos Drummond, meu vizinho, que morava na rua Conselheiro Lafayette. Trabalhávamos no mesmo jornal, ele escrevendo a crônica do primeiro caderno, sob as iniciais CDA, e eu a do segundo caderno, sob o título genérico de “Da arte de falar mal”. Drummond me telefonava sempre para saber de minha recuperação, e naquela tarde de 1º de abril, sabendo-me já restabelecido, convidou-me a sair com ele, para dar uma volta pelo Posto Seis. Segundo ouvira no rádio, tropas militares estariam invadindo o Forte de Copacabana, presumível reduto das forças dispostas a defender até a morte o governo de João Goulart.

(...)

Pelo caminho, ele me contou que o Forte já fora tomado pelos rebeldes (tropas contrárias ao governo), que um general chamado Montanha dera um tapa no sentinela que tentara impedir sua entrada na zona militar. Entrevistado por um repórter da TV Rio, cuja sede era bem à frente da entrada principal do Forte, o general declarara que estava quieto em seu canto, mas ao ler o editorial do *Correio da Manhã* daquele dia, intitulado “Fora!”, decidira apanhar seu sw 45 e ir à luta contra João Goulart e o bando de comunistas que estava no poder.

(...)

Chegamos ao final da praia, no quarteirão entre as ruas Joaquim Nabuco e Francisco Otaviano. Soldados e oficiais, à paisana, enchiam sacos de areia e com eles impediam o acesso àqueles metros da avenida Atlântica. Um oficial gordo, que do uniforme de campanha só tinha a cartucheira em volta da enorme cintura, com a ajuda de alguns soldados igualmente à paisana, arrumava uns paralelepípedos no meio da pista, encostados aos sacos de areia. Havia uma obra na calçada e um monte de pedras ali juntadas para reposição. Os soldados as traziam e o oficial, concentradamente, colocava uma em cima da outra, armando uma espécie de trincheira.

Não havia sinal de batalha ou de violência iminente. Fui até o oficial e perguntei para que era aquilo tudo. Ele me olhou com seriedade, custou a responder, finalmente disse em voz baixa, como se revelasse um segredo de estado-maior:

-Tomamos o Forte. Mas se os tanques do Primeiro Exército vierem retomá-lo, teremos de impedir.

De pergunta em pergunta, ficamos sabendo que a tomada do Forte de Copacabana era praticamente a vitória dos rebeldes contra o governo de João Goulart. Os estrategistas do golpe supunham uma desesperada resistência por parte das tropas sediadas no Rio, que estariam preparadas para enfrentar o exército do general Mourão Filho, vindo de Juiz de Fora, ocupar o Rio, presumível foco de aliados do governo que estava sendo deposto.

Assim informados, Drummond e eu decidimos voltar para casa, tínhamos melhor conhecimento da situação ao lado do rádio e da tevê, que estavam excitadíssimos com a cobertura integral daquele vai-e-vem de soldados, tanques e canhões pelas ruas do Rio, atravancando o tráfego e sendo fotografados à saciedade.

Um tiro explodiu perto de nós e uma pequena nuvem elevou-se na esquina da Atlântica com a Joaquim Nabuco. Antes que houvesse uma correria, um início de pânico, procuramos abrigo na praia, pulando para a areia do Posto Seis, areia já manchada de sangue em 1922, em outra tentativa militar de depor um presidente. Quando se trata de política, o raio costuma cair sempre nos mesmos lugares.

O nível da pista era de aproximadamente um metro acima da praia, ali estaríamos abrigados de uma bala perdida que sobrasse para nossos lados.

Felizmente, fora um tiro isolado. A fumaça logo se desfez e voltamos à pista para ver o que teria acontecido. E estava acontecendo ainda. Um oficial somente com a calça do uniforme da Marinha, com a arma ainda quente do disparo, chutava alguma coisa no chão. Era um rapaz de short esmolambado, busto magro e nu, molhado pelo chuveiro que continuava caindo. Ficamos sabendo que o rapaz, operário de construção numa obra perto dali, havia dado um “Viva Brizola” (ou um “Viva Jango!”), provocando a ira do oficial. O tiro fora dado para o ar, tiro de intimidação segundo as regras militares, mas os chutes não eram de simples intimidação, eram violentos, nas costelas magras e indefesas do operário.

Quase ao mesmo tempo, um clamor percorreu a avenida Atlântica. O rádio havia noticiado que a tropa sediada no Rio não lutaria contra as tropas que vinham de São Paulo e Minas Gerais. Houvera uma reunião dos chefes militares na Escola Militar das Agulhas Negras, no meio do caminho, em Resende – não mais seria derramado o sangue de irmãos. Era o fim do governo Goulart (...).

(Carlos Heitor Cony. *Vozes do golpe – A revolução dos caranguejos*)

Os dois textos acima – a reportagem do *Diário de Notícias*, de 1º de abril de 1964, e um trecho do livro *Vozes do golpe – A revolução dos caranguejos*, de Carlos Heitor Cony – foram escolhidos para abrir este Capítulo 4 para ilustrar a reflexão que se pretende apresentar aqui: o lugar de documento oficial ocupado pelos relatos da imprensa e do governo da Ditadura. Na introdução deste trabalho, discutiu-se a classificação desses relatos, concluindo por identificá-los como “falsos”, uma vez que, ao não revelarem seus interesses, impediriam o jogo limpo e aberto da interpretação. Enquanto isso, os discursos fabulista, memorialista e epistolar, examinados nos Capítulos 1, 2 e 3, revelam-se potentes na medida em que não têm a pretensão de serem avaliados como verdade conclusiva. O texto de Cony, que se encaixa na categoria memorialista, serve de exemplo, sobretudo, porque se trata do relato de um escritor, de quem é esperado um discurso fabulador, mas também de um jornalista – de quem se poderia supor uma informação objetiva. No entanto, Cony deixa claro o caráter subjetivo de sua narração quando afirma: “Com uma crise de apendicite – e aqui começo a falar mais do meu umbigo do que do golpe militar – internei-me no Hospital Evangélico, na Tijuca, (...)”.

A descrição do episódio no Posto Seis mostra como se anunciou, inequívoca, a agressividade dos militares, nas manobras de controle do poder político, culminando com a cena em que o oficial chutara “as costelas magras e indefesas do operário”. Depois do desconforto de presenciá-la, Cony e Drummond voltaram para casa, e o narrador, observando seu companheiro comentou:

Drummond com aquela famosa cabeça baixa, como se estivesse pisando um chão de ferro, ferro de Itabira. Reparei que ele estava contraído, o maxilar inferior tenso, fazendo estremecer a carne de seu rosto magro. Não sei em que estaria pensando. Ou melhor: sabia.

(...)

Na minha ausência de casa, haviam telefonado do jornal perguntando se eu mandaria alguma crônica para o dia seguinte. Eu estava de recesso, desde o dia 13 não escrevia nada. O Aloísio Gentil Branco, secretário da redação, sugeria que eu escrevesse alguma coisa.

Sentei-me no escritório, abri a Remington semiportátil que estivera desativada durante quase três semanas e escrevi (Cony, 2004, p.20).

Como Cony relata em *Vozes do golpe – A revolução dos caranguejos*, até aquele dia, não escrevera especificamente sobre nenhum acontecimento político. Tanto no *Jornal do Brasil* (suplemento literário) como no *Correio da Manhã*, o

tema de seus artigos e crônicas eram comentários ou reflexões sobre cinema, música, literatura, história, comportamento. “Cultivava um entranhado desprezo pelo fato político (2004, p. 24)”. A primeira crônica política, de 2 de abril, intitulada “Da salvação da pátria” e as outras que se seguiram foram resultado de uma reação “essencialmente fisiológica”, relata Cony no prefácio da edição de *O ato e o fato*⁴², reunião de suas crônicas dessa época, republicado pela Civilização Brasileira, em 1979.

Minha reação, naquele ano, foi essencialmente fisiológica. Mais do que nunca, sei hoje que não sou um intelectual. Continuo recusando qualquer ideologia das muitas que andam pelo mercado. Como animal ofendido e humilhado, sei contra que lado devo atacar. O meu adversário não está na direita ou na esquerda. O meu inimigo é aquele que em nome de uma ideologia, em nome de uma tática, uma estratégia ou uma estética, viola o ser humano, o animal homem que merece respeito e dignidade, sobretudo quando, na sua bela condição de animal, comete erros, cai em contradições, segue uma trilha equivocada (p.9 e 10).

É interessante notar como a posição que o escritor toma diante do Golpe de 64 e dos acontecimentos políticos que se precipitaram a partir daí é a de um humanista – que não queria se submeter nem à direita nem à esquerda, tal como Glauber⁴³ – e é isso que coloca o seu discurso numa condição diferente daquela em que se acham os relatos da maioria dos jornalistas da época. Ele deixa o lugar de observador e repórter e se transforma em ator. A crônica “Da salvação da pátria”, divulgada com a urgência do jornalismo, relata basicamente os fatos narrados no trecho de *Vozes do golpe – A revolução dos caranguejos* transcrito no início deste capítulo, mas julga-se necessária sua reprodução para exemplificar como seu caráter literário e assumidamente interessado – “Não era uma crônica contra a revolução. Mas era uma gozação, até violenta, até meio caricata”, afirmou Cony em entrevista à revista *Press Brasil*⁴⁴ - a transformou num elemento potente em relação aos textos jornalísticos e aos relatórios do governo da Ditadura Militar que serão examinados posteriormente.

⁴²A primeira edição de *O ato e o fato* saiu no dia 24 de junho de 1964, até o fim desse ano saíram um total de dez edições. Depois, com o endurecimento do regime militar, a publicação foi suspensa, voltando a ser reeditada apenas em 1979.

⁴³O fato de não se prender a nenhum campo político exclusivamente não se explica, no caso de Glauber, pelo rótulo do humanismo.

⁴⁴Edição 31 – 25/03/2006.

Da salvação da pátria

Posto em sossego por uma cirurgia e suas complicações, eis que o sossego subitamente se transforma em desassossego: minha filha surge esbaforida dizendo que há uma revolução na rua.

Apesar da ordem médica, decido interromper o sossego e assuntar: ali no Posto Seis, segundo me afirmam, há briga e morte. Confiando estupidamente no patriotismo e nos sadios princípios que norteiam as nossas gloriosas Forças Armadas, lá vou eu, trôpego e atordoado, ver o povo e a história que ali, em minhas barbas, está sendo feita. Vejo um heróico general à paisana, comandar alguns rapazes naquilo que mais tarde o repórter da TV Rio chamou de “gloriosa barricada”. Os rapazes arrancam bancos e árvores. Impedem o cruzamento da avenida Atlântica com a rua Joaquim Nabuco. Mas o general destina-se a missão mais importante e gloriosa: apanha dois paralelepípedos e concentra-se na brava façanha de colocar um em cima do outro.

Estou impossibilitado de ajudar os gloriosos herdeiros de Caxias, mas vendo o general em tarefa aparentemente insignificante, chego-me a ele e, antes de oferecer meus préstimos patrióticos, pergunto para que servem aqueles paralelepípedos tão sabiamente colocados um sobre o outro.

- General, para que isto?

O intrépido soldado não se dignou a olhar-me. Rosna, modestamente:

- Isso é para impedir os tanques do primeiro exército!

Apesar de oficial da reserva – ou talvez por isso mesmo –, sempre nutri profunda e inarredável ignorância em assuntos militares. Acreditava, até então, que dificilmente se deteria todo um exército com dois paralelepípedos ali na esquina da rua onde moro. Não digo nem pergunto mais nada. Retiro-me à minha profunda ignorância.

Qual não é meu pasmo quando, dali a pouco, em companhia do bardo Carlos Drummond de Andrade, que descera à rua para saber o que se passava, ouço pelo rádio que os dois paralelepípedos do general foram eficazes: o Primeiro Exército, em sabendo que havia tão sólida resistência, desistiu do vexame: aderiu aos que se chamavam de rebeldes. Nessa altura, há confusão na avenida Nossa Senhora de Copacabana, pois ninguém sabe ao certo o que significa “aderir aos rebeldes”. A confusão é rápida. Não há rebeldes e todos, rebeldes ou não, aderem, que a natural tendência da humana espécie é aderir.

Os rapazes de Copacabana, belos espécimes de nossa sadia juventude, bem nutridos, bem formados, bem motorizados, erguem o general em triunfo. Vejo o bravo cabo-de-guerra passar em glória sobre minha cabeça.

Olho o chão. Por acaso ou não, os dois paralelepípedos lá estão, intactos, invencidos, um em cima do outro. Vou lá perto, com a ponta do sapato tento derrubá-los. É coisa relativamente fácil.

Das janelas, cai papel picado. Senhoras pias exibem seus pios e alvacentos lençóis, em sinal de vitória. Um Cadillac conversível pára perto do “Six” e surge uma bandeira nacional. Cantam o hino Nacional e declaram que a Pátria está salva.

Minha filha, ao meu lado, exige uma explicação para aquilo tudo.

- É Carnaval?

- Não.

- É campeonato do mundo?

- Também não.

Ela fica sem saber o que é. E eu também fico. Recolho-me ao sossego e sinto na boca um gosto azedo de covardia (2004, p.21 a 24).

A crônica de Cony se torna relevante e eficaz na medida em que teve um efeito questionador. Evidentemente, os militares não gostaram e a maioria da população também estava a favor do golpe. Isso sem falar que o texto foi publicado por um jornal que, apesar de uma tradição liberal, era abertamente antijanguista, tinha trazido, nos dois dias anteriores, os editoriais “Basta!” e “Fora!” e, no dia 2 de abril, em linhas gerais tinha saudado o golpe. O único texto crítico ao movimento da véspera tinha sido o de Cony. Para se fazer uma idéia da posição do *Correio da Manhã* em relação a Jango, abaixo está reproduzido o editorial intitulado “Fora!”:

A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do Governo. Chegou ao limite a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: saia.

Durante dois anos o Brasil agüentou um Governo que paralisou o seu desenvolvimento econômico, primando pela completa omissão, o que determinou a completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro.

Quando o Sr. João Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranqüilidade e insegurança que teve o seu auge na total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas. Isso significou e significa um crime de alta traição contra o regime, contra a República, que ele jurou defender.

O Sr. João Goulart iniciou a sedição no país. Não é possível continuar no poder. Jogou os civis contra os militares e os militares contra os próprios militares. É o maior responsável pela guerra fratricida que se esboça no território nacional. Por ambição pessoal, pois sabemos que o Sr. João Goulart é incapaz de assimilar qualquer ideologia, ele quer permanecer no Governo a qualquer preço.

Todos nós sabemos o que representa de funesto uma ditadura no Brasil, seja ela de direita ou de esquerda, porque o povo, depois de uma larga experiência, reage e reagirá com todas as suas forças no sentido de preservar a Constituição e as liberdades democráticas.

O Sr. João Goulart não pode permanecer na Presidência da República, não só porque se mostrou incapaz de exercê-la como também porque conspirou contra ela como se verificou pelos seus últimos pronunciamentos e seus últimos atos.

Foi o Sr. João Goulart quem iniciou de caso pensado uma crise política, social e militar, depois de ter provocado a crise financeira com a inflação desordenada e o aumento do custo de vida em proporções gigantescas.

Qualquer ditadura, no Brasil, representa o esmagamento de todas as liberdades como aconteceu no passado e como tem acontecido em todos os países que tiveram a desgraça de vê-la vitoriosa.

O Brasil não é mais uma nação de escravos. Contra a desordem, contra a masorca, contra a perspectiva de ditadura, criada pelo próprio Governo atual, opomos a bandeira da legalidade.

Queremos que o Sr. João Goulart devolva ao Congresso, devolva ao povo o mandato que ele não soube honrar. Nós do Correio da Manhã defendemos intransigentemente em agosto e setembro de 1961 a posse do Sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição.

O Sr. João Goulart deve entregar o Governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o país. A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las (*Correio da Manhã*, 1 de abril de 1964).

Essa postura não era apenas do *Correio da Manhã*; nas vésperas do golpe, havia um movimento antijanguista em toda a imprensa. O *Jornal do Brasil*, de 31 de março de 1964, por exemplo, dizia:

O Presidente da República sente-se bem na ilegalidade. Está nela e ontem nos disse que vai continuar nela, em atitude de desafio à ordem constitucional, aos regulamentos militares e ao Código Penal Militar. Ele se considera acima da lei. Mas não está. Quanto mais se afunda na ilegalidade, menos forte fica a sua autoridade. Não há autoridade fora da lei. E os apelos feitos ontem à coesão e à unidade dos sargentos e subordinados em favor daquele que, no dizer do próprio, sempre esteve ao lado dos sargentos, demonstra que a autoridade presidencial busca o amparo físico para suprir a carência de amparo legal.

Pois não pode mais ter amparo legal quem no exercício da Presidência da República, violando o Código Penal Militar, comparece a uma reunião de sargentos para pronunciar discurso altamente demagógico e de incitamento à divisão das Forças Armadas. (...)

E na *Tribuna da Imprensa*, do 2 de abril de 1964, saiu a seguinte avaliação sobre a deposição de Jango:

Escorraçado, amordaçado e acovardado deixou o poder como imperativo da legítima vontade popular o Sr. João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas. Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou, o Sr. João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu.

Temos o direito de dizer tudo isso do Sr. João Goulart porque não lhe racionamos os adjetivos certos, por mais contundentes que fossem, na hora em que ele dominava o poder, e posava de líder todo-poderoso da Nação. Como não nos intimidamos na hora em que Jango e os comunistas estavam por cima e amargamos até cadeia, não precisamos nem fazer a demagogia da generosidade.

Mesmo porque não pode haver generosidade nem contemplação com canalhas. E Jango, Jurema, Assis Brasil, Arraes, Dagoberto, Darcy Ribeiro, Waldir Pires e toda a quadrilha que assaltou o poder não passam de canalhas.

E além de canalhas, covardes. E além de covardes, cínicos. E além de cínicos, pusilânimes. E além de pusilânimes, desonestos. Bravatearam, fingiram-se machões, disseram que fariam isto e aquilo, mas aos primeiros tiros saíram correndo espavoridos e ainda estão correndo até agora. Alguns, como Aragão, como Assis Brasil, como Crisanto de Figueiredo, como Arraes, como Cunha Melo, como todo o rebotalho comunista, não serão encontrados tão cedo. (...)

Nunca se viu homens tão incapazes, tão desonestos e tão covardes. Agora que o País se livrou do fantasma da comunização podemos repetir o que vínhamos dizendo exaustivamente: todo comunista é covarde e mau caráter. Os episódios de agora vieram provar que estávamos cobertos de razão. (...)

O Povo brasileiro lavou a alma. O Carnaval que se comemorou ontem em plena chuva só poderia mesmo ter sido feito por um povo que estava precisando dessa desforra que lhe era devida precisamente há 30 meses. O povo que comemorou ontem a queda de Jango foi o mesmo que votou contra ele em 1960 e foi traído pela renúncia de Jânio. A comemoração de hoje é pois uma revanche e uma recuperação.

Precisamos agora de organizar o mais rapidamente possível o novo governo, pois os aproveitadores de sempre já cerram fileiras em torno dos cargos, já se apresentam como os heróis de uma batalha que não travaram. Junto com a organização do novo governo temos que providenciar, também urgentemente, para que os direitos políticos dos que foram ontem legitimamente banidos pelo povo, sejam cassados para sempre. (...)

Não se trata de vingança, nem estamos aqui defendendo o esquarteramento dos derrotados. Mas quando o destino do País está em jogo, quando se trata de decidir da sorte dos que queriam comunizar o País, não podemos ser generosos ou sentimentais. Para os civis, cassação dos direitos políticos. Para os militares como

Assis Brasil, Crisanto, Cunha Melo, Napoleão Nobre, Castor da Nóbrega e para todos os comuno-carreiristas das Forças Armadas, o caminho é um só e inevitável: a reforma pura e simples. Não falavam tanto em reforma? Pois apliquemos a fórmula a eles.

Enfim, começa hoje uma nova era para o Brasil. Confiemos no espírito público dos homens que salvaram a democracia brasileira, e no discernimento e superioridade com que o marechal Dutra se conduzirá nos próximos 22 meses.

Como se pode constatar, houve nas reportagens sobre o período do Golpe de 64 (e também nas anteriores – desde a época em que Jango se tornou ministro do Trabalho de Vargas – e nas do tempo em que ele esteve no exílio, até sua morte) a criação paulatina de um enredo melodramático para o personagem João Goulart que, pouco a pouco, foi tomando um caráter de vilão. Assim como Ênio

Silveira observa, no prefácio de *O ato e o fato*, após o assassinato de John F. Kennedy, “que em absoluto não se limita a um simples episódio policial”, abriu-se caminho para a linha dura da política externa americana, encorajando-se os “movimentos golpistas de centro-direita, a intensificação da campanha contra o *perigo vermelho*, o aperto constante nas tenazes da chantagem econômica contra os governos indecisos ou recalcitrantes”:

Foi o que se fez no Brasil, ponto por ponto. A mobilização da imprensa, do rádio e da tevê, dependentes em seus faturamentos publicitários das gordas contas americanas, foi fácil e rápida. Desencadeou-se de norte a sul do país, com o concurso dos energúmenos do IBAD e do MAC, uma onda de ódio e de medo histórico do comunismo que aterrorizou boa parte de nossa população (Cony, 1979, p. 16 e 17).

Fica assim exemplificado porque o discurso da imprensa, por mais que seja postulado como objetivo, não pode ser considerado como ascético, da forma que normalmente se faz. Como já foi dito, ele é tão interessado como qualquer outro, apenas não explicita em nome de quem e do quê fala. É importante notar que, “se muitos desses textos são fronteiriços, com suas doses, desiguais ou não, de apelo factual e romanesco, de realidade e ficção”⁴⁵, muito da compreensão que se tem sobre esse período também se revela permeada de lendas, estereótipos tanto quanto de exercícios de interpretação. Marieta de Moraes Ferreira - numa tentativa de “compreender os mecanismos de construção da memória sobre Goulart e seu governo” (2006, p. 28) – afirma, no prefácio de *João Goulart: entre a memória e a história*, que “há um tom de reprovação que perpassa a maioria dos depoimentos. Os eventos e aspectos selecionados são sempre acompanhados por avaliações negativas, mesmo nos relatos dos aliados de Goulart” (p.27).

No entanto, não se trata de demonizar a imprensa pelas concepções representações negativas sobre o janguismo já cristalizadas no imaginário político coletivo. Até porque, com o tempo e o endurecimento do Regime Militar, se não todos os jornais, pelo menos alguns, entre os quais se destacou o *Correio da Manhã*, reagiram. Cony ainda afirma na entrevista à revista *Press Brasil*:

O *Correio da Manhã*, como todo, mudou porque tinha uma formação liberal. Mais ou menos até certo ponto, posso dizer, sem falsa modéstia, que o *Correio da Manhã* acompanhou a minha idéia. Uma posição sem nenhum compromisso com

⁴⁵BESSA, Marcelo Secron. “Aids: imprensa e relatos autobiográficos”. In: *Palavra 10*, org. Marília Rothier Cardoso e Pina Coco. Rio de Janeiro: Editora Trarepa, 2003, p.134.

o governo anterior, sem nenhum problema de interesses contrariados, mas levando aquele princípio dos valores humanísticos. O Correio da Manhã também abraçou esta causa. Depois foi entrando pontualmente, e aí, vários jornalistas – Otto Maria Carpeaux, Marcito, Hermano Alves – entraram mais pontualmente, mais em cima de detalhes, que, não sendo jornalista político e não tendo a formação política muito precisa, eu atirei lama no ventilador indiscriminadamente, sem pensar nisso ou naquilo. Depois vieram pessoas já entendidas no assunto, *experts* no assunto e falaram com mais autoridade.

E se não há a intenção de imputar aos jornais a responsabilidade pela disseminação da ideologia dos articuladores do Golpe de 64, pode-se dizer que o propósito aqui é refletir sobre o discurso da imprensa que, ao buscar a objetividade, descarta alternativas e questionamentos, tornando-se simplificador e infrutífero. Como relata Cony (2004, p. 28 e 29), havia a “*intelligentsia*” – os principais colunistas, formadores de opinião, professores das principais universidades, “intelectuais de todos os calibres” – que se posicionava à esquerda e, a princípio, a favor de João Goulart, o que não fazia com que seus discursos fossem mais potentes, pois estavam presos a uma única ideologia e não abertos à avaliação da diversidade de forças atuantes na conjuntura. A questão não é estar com a direita ou com a esquerda, a favor ou contra o governo, mas abrir mão do desejo de abarcar uma verdade única e considerar a possibilidade de interpretações variadas para um mesmo evento – o que pode ser constatado, em graus diversos, nos relatos ficcional, memorialista e epistolar. E, então, aqui se chega ao mote central desta dissertação.

Contudo, não se pode deixar de registrar que houve um severo patrulhamento por parte do governo militar em relação aos órgãos de imprensa e a seus jornalistas. Um relatório do Ministério da Guerra, de 11 de agosto de 1964 e assinado em 21 de agosto de 1964, por “Manoel Rodrigues”, cuja função não está especificada, que faz parte do hábeas-data de Jango, dá conta de reuniões “de caráter suspeito”, na casa de um jornalista do *Correio da Manhã*:

Relatório do Ministério da Guerra – I Exército – Estado-Maior – 2ª Seção
Assunto – Atividades suspeitas
Difusão SSP/GB

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 64

1. DADOS CONHECIDOS:

O jornalista Hermano Alves do “Correio da Manhã”, tem realizado na sua residência, em Botafogo, reuniões de caráter suspeito, das quais admite-se tenham

participado elementos afastados do Exército, entre eles o Tenente Coronel Joaquim Ignácio Baptista Cardoso, que pertenceu à D B.

Consta que o jornalista Hermano escrevera ou iria escrever cartas ao Marechal Estevão Taurino de Rezende Neto e ao Presidente Castelo Branco, protestando contra a demissão de oficiais ligados ao ex-governo Goulart.

2. INFORMES SOLICITADOS

- a. Veracidade dos fatos apontados.
- b. Outros dados julgados úteis.

No mesmo hábeas-data, há, entre muitos, um informe, de 11 de maio de 1964, sobre uma coluna escrita pelo jornalista Hélio Fernandes, na *Tribuna da Imprensa*, que também serve para exemplificar a vigilância sobre as atividades da imprensa:

Informe/205/SFICI
(SAPAS/187/ Mai 64)

Este serviço recebeu, de fonte idônea, o seguinte informe:

“Dias atrás, Hélio Fernandes em sua coluna na “Tribuna da Imprensa” afirmou que Alcino Monteiro não é pessoa comprometida.

Monteiro está de posse de um trabalho sobre o SENAC que seria entregue a Brizola; o trabalho receberia pareceres favoráveis do CGT e da C.N.T.C. e seria encaminhado ao Sr. João Goulart, no sentido de transformar os órgãos assistenciais (LBA, SENAC, SESI, SESC, SENAI, etc.) em um colegiado, nos moldes dos demais IAPs.

Monteiro tem escritório na avenida Nilo Peçanha, nº. 26 e dava assistência jurídica à CNTI e a vários sindicatos.

O fato é que o enredo antijanguista já vinha sendo escrito pelos militares bem antes do Golpe de 64. Em 1955, quando Juscelino Kubitschek e Jango acabaram assumindo a presidência e vice-presidência, respectivamente, um relatório, entre muitos, do investigador Austrieliano da Silva informava ao comissário geral do D.O.P.S:

Barra do Piraí – 26 de agosto de 1955.
Comitê Comunista

Comissário

Conforme já vos comuniquei, os comunistas instalaram em sua “célula” sita à rua Governador Fortela, um escritório eleitoral pró Juscelino x Jango, tendo instalado um possante aparelho alto-falante.

Diariamente, ocupam o microfone daquele escritório os comunistas ALMAIR MENDES e ESLITE GOMES DE ALMEIDA, contínuo do Departamento Legal da

Central do Brasil, que desmoralizam as pessoas dos candidatos adversários. Esse contínuo já foi uma vez removido do Posto Médico desta cidade.

Há dias esses moços falaram contra o Sr. Eduardo Gomes, difamando-o, o que ia se originando em conflito, pois diversos udenistas se reuniram e resolveram deprestar o escritório, só não fazendo devido à intervenção de pessoas mais calmas.

Cordiais saudações
Austrieliano da Silva
Investigador n.º. 56⁴⁶

A deposição de João Goulart não seria o ato final da intriga produzida pela Ditadura Militar. Durante o tempo em que esteve no exílio, o ex-presidente foi vigiado de perto. Um documento da Secretária de Segurança Pública do Estado da Guanabara relata:

PRONTUARIADO: JOÃO GOULART OU JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART.

RESUMO DOS SETORES RECOLHIDOS ATÉ: 30/11/1965

(...)

(15) Consta que, de quinze em quinze dias, é visto à porta do prédio onde reside GOULART um carro de chapa de Porto Alegre n.º. 50.98.65 e outro chapa da Guanabara n.º. 14.45.09, o segundo estacionado à porta de uma casa à esquina das ruas Obligado e Carlos Berg, onde realizam reuniões de “comunistas” brasileiros asilados. O ex-presidente GOULART em manobra política mandou sondar junto ao SR. TEJERA, Ministro do Interior, sobre a possibilidade de ir à França e retornar ao URUGUAY sem perder a condição de asilado, essa tentativa seria para um encontro com JUSCELINO em Paris tendo em vista que os mesmos já mantinham correspondência, e pretendiam lançar um manifesto conjunto explorando as dificuldades por que está passando o Brasil e principalmente a alta do custo de vida. GOULART tentou ainda um golpe publicitário a fim de colocar mal o governo de CASTELO, tratava-se de um presumível atentado contra a sua pessoa que seria atribuído a “Comandos Brasileiros”, para tala usou o seu cunhado o SR. MOURA VALLE que já foi jornalista e que se encarregou de armar a “trama” fornecendo a notícia aos jornais: “Zero Hora” de Porto Alegre e “Platéia” de Livramento, (...) ⁴⁷

E num informe do D.O.P.S de 19 de junho de 1964 consta:

Diretor do Departamento de Ordem Política e Social

Exmº Sr. Gen. Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Transmite informe

SECRETO

Senhor Secretário Geral:

⁴⁶Este relatório faz parte do hábeas-data de Jango.

⁴⁷Idem.

Para os devidos fins, transcrevo aqui um informe recebido e relativo a atividades políticas dos Srs. JOÃO GOULART e LEONEL BRIZOLA, no Uruguai:

“1) Estão os Srs. João Goulart e Leonel Brizola em articulações francas no Uruguai, o primeiro, porém, sempre mais discreto que o segundo. Estão de viagem marcada para a Europa, onde Brizola disse, segundo publicou a imprensa local, iria manter contatos políticos.

Os dois recebem e enviam emissários ao Brasil. Há cerca de uma quinzena, receberam um industrial de São Paulo que lhes prometeu dinheiro, e recado de um general ainda na ativa. Não foi possível apurar-lhes os nomes. Entre os refugiados, um dos quais de importância no governo passado – o Eng^o Hebert Maranhão, ex-diretor da E. F. Leopoldina e homem ligado a Brizola –, é pacífica a idéia do retorno deles ao poder. Contam, para tanto, com: a) divisão entre os militares; b) impopularização do governo Castelo Branco. Acreditam os refugiados que ainda no fim do corrente ano, já possa dar início, no Brasil, a guerrilhas isoladas e, sobretudo, a atentados contra autoridades do governo brasileiro.

A imprensa “comprou” essa idéia de que João Goulart conspirava para dar um golpe e derrubar as instituições democráticas no Brasil mesmo antes de 64. Uma reportagem de *O Globo*, de 22 de novembro de 1963, sob o título “Falcão diz que Goulart tentou golpe com militares em 1960”, reproduz uma entrevista do deputado federal Armando Falcão ao *Jornal do Brasil*:

Em entrevista ontem ao *Jornal do Brasil*, o deputado federal Armando Falcão afirmou que em agosto de 1960 o então vice-presidente João Goulart lhe propôs o seguinte: assumiria a presidência na ausência do presidente Juscelino Kubitschek, que iria a Portugal; o Sr. Armando Falcão, que era ministro da Justiça, neutralizaria o ministro da Guerra, Marechal Denis, e seria instalada “uma Junta Militar Amiga”, fazendo-se depois as reformas de base. Desse esquema participaria o Governador Leonel Brizola, que viria do Sul para o Rio, com o general Osvino Alves à frente da tropa, e também seria um fator decisivo uma greve geral que o Sr. João Goulart provocaria no Rio e em São Paulo. Entretanto, o Sr. Juscelino Kubitschek, ciente do que se tramava, forçou o vice-presidente a ir à Europa. Em sua entrevista, o Sr. Armando Falcão alinhou várias provas de que o atual presidente da República sempre foi um inimigo da Constituição.

Golpe

- Cumpro o dever de alertar a Nação para o complô que se organiza contra o Regime. Prepara-se um golpe de Estado, que tem por objetivo derrubar as instituições democráticas. E o chefe da conspiração chama-se João Belchior Marques Goulart. O movimento subversivo que ora se articula não é o primeiro que o Sr. João Goulart procura fazer deflagrar, visando o fechamento do Congresso nacional e a destruição da Constituição. É repetição de outras tentativas anteriores, que tiveram a participação direta dele, conforme detalharei – disse o Sr. Armando Falcão.

(...).

É justamente o fato de o jornal não colocar em dúvida a posição de Armando Falcão, por exemplo, questionando quais seriam os interesses do deputado de somente em 1963 revelar o “movimento subversivo” tramado por

Goulart, e não em 1960, quando o fato se deu, que torna o seu discurso infrutífero. Servem de contraponto para isso os relatos ficcionais de Glauber Rocha, que, mesmo a favor do janguismo, nunca deixou de questionar o ex-presidente. Num diálogo imaginário entre Goulart e Brizola, no Terceiro Quadro, do Ato II, da peça *Jango – Tragédia em três atos*, o cineasta escreveu:

1975 – Apartamento de Buenos Aires. Sons de terror. Rádio e TV ligados. Bombas, metralhadoras. Jango, Brizola e outros personagens. Bebe-se (uísque).

(...)

Jango: (...) o projeto de reformas de Celso Furtado era excelente, mas enquanto a direita o considerou comunista, a esquerda me acusou de reformista...

Brizola: Você errou porque foi ponderado...devia ter virado a mesa.

Jango: Não estas fazendo autocrítica?

(...)

Brizola: ... e não soube usar o apoio das massas...

Jango: estourei a boiada popular em greves, ocupações de terras... Se não fosse tão perigoso, o Johnson não me derrubaria. Pelo menos a CIA reconheceu que eu era revolucionário...

A artimanha glauberiana, explícita em seu projeto “Jango” e exemplificada na cena acima, é selecionar fragmentos de discursos jornalístico e oficial e montá-los em forma de monólogos paralelos ou diálogos conflitivos, de modo a evidenciar equívocos e contradições. O contraponto entre os fragmentos-falas põe em destaque a equivalência de seus jogos retóricos, desqualificando seu valor de representação documental confiável. Da artimanha dos confrontos dramatizados, surgem as pistas para a avaliação crítica das figuras e acontecimentos trazidos à cena da linguagem.

Deve-se observar os diferentes regimes de significação apropriados no engendramento desses discursos. Enquanto os que se querem informativos instrumentalizam a palavra para evocar um fato extralingüístico, os outros, voltados para a especulação e o experimento, reconhecem a complexidade do código verbal⁴⁸ e, assim, conscientemente ou não, escrevem desconfiados e buscando a desconstrução de qualquer verdade imanente que se possa enunciar. Nesse caso, se a comunicação, o governo e a lei minimizam a força da linguagem, a memória e a reflexão, especialmente quando deslizam para o terreno da arte, negociam com o poder da língua (ou de qualquer tipo de linguagem), ora

⁴⁸Ao mesmo tempo, voltado para fora e para dentro, e, desta forma, produtor do sentido do real a que se refere.

submetendo-se, ora trapaceando (como diria Barthes) diante da inescapável força controladora desse código.

Os relatos de Cony sobre o episódio de 1º de abril – o memorialista, em *Vozes do golpe – A revolução dos caranguejos*, de 2004, e a crônica “Da salvação da pátria”, escrita no calor dos acontecimentos de 1964 -, também servem de contraponto (como afirmado na introdução) ao discurso da imprensa, pois podem ser analisados de forma contrapontística na medida em que se enunciam (neste caso) em duas versões.

Na memória sobre o Golpe de 64, Cony ultrapassa os dualismos do pensamento ordinário, ao abrir a possibilidade de verdades novas, quando não toma sua lembrança como conclusiva, mas apenas como um recorte subjetivo da história, e encerra o livro dizendo:

Não consegui descrever o ano de 1964 em seus contornos históricos. Limitei-me a pensar como o assombrado japonês da anedota de Hiroshima⁴⁹: abri uma torneira. E ainda não tive condições objetivas para compreender o que aconteceu comigo e com os outros (2004, p.84).

Já na crônica do *Correio da Manhã*, o escritor usa o recurso do humor, como ele próprio afirmou: “(...) era uma gozação, até violenta, até meio caricata”, como forma de desestabilizar o senso coletivo. Cony - que era “amaldiçoado por ser alienado” dedicando-se “a temas literários ultrapassados, sem nunca abordar a luta social” recusando-se “ao engajamento com as grandes causas da época” (2004, p.29), através do paradoxo, escapa da visão maniqueísta. Ou seja, nas palavras de Deleuze, ele, em primeiro lugar, “destrói o bom senso como sentido único, mas, em seguida, (...) destrói o senso comum como designação de identidades fixas” (1974, p.3):

Mas, já que o sentido não é nunca apenas um dos dois termos de uma dualidade que opõe as coisas e as proposições, os substantivos e os verbos, as designações e as expressões, já que é também a fronteira, o corte ou a articulação da diferença entre os dois, já que dispõe de uma impenetrabilidade que lhe é própria e na qual se reflete, ele deve se desenvolver numa nova série de paradoxos, desta vez interiores (p.31).

⁴⁹“Naquela manhã de Hiroshima, o japonês acordou e abriu a torneira de seu banheiro. Morreu sem entender o que estava se passando, Talvez pensando que, ao abrir a torneira para escovar os dentes, um mecanismo infernal provocara a explosão da primeira bomba atômica.”

Então, a partir dos deslizamentos do sentido, pode-se vislumbrar a potência do “entre - lugar”, que não é direita nem esquerda, não é a favor de qualquer ideologia, mas também não é colocar-se em cima do muro. É ser capaz de considerar a possibilidade de uma “verdade nova”, ou melhor, muitas verdades novas. Glauber Rocha, outro articulador da diferença, também utilizava o recurso do humor em sua arte. No filme *Cabeças cortadas*, de 1970, que ele declarou ser “a apoteose” de *Terra em transe* – e eu digo: talvez um desdobramento de seu paradoxo sobre o Golpe de 64 – ele trata da decadência de um ditador, Diaz II, explorando seu ridículo risível, de forma caricata. Se, em *Terra em transe*, Diaz I, após receber a coroa, é baleado por um homem que surge entre os convidados e jornalistas, ao sopé da escadaria, em *Cabeças cortadas*, a cena inicial mostra, num castelo no interior da Espanha, o ditador que fala ao telefone com várias pessoas, de uma só vez, como se estivesse negociando numa bolsa de valores:

Salão do Castelo. Diaz II fala em dois telefones ao mesmo tempo, enquanto afaga um cachorro.

Diaz: Alô... bem... Sim, senhorita. Longa distância. Quero falar de pessoa a pessoa. Com Eldorado... Sim com a senhora Alba Moreno... 22789000. E também com o senhor Fredy Bull... Bull com B, sim 88743320... Fala Diaz Segundo... Alô, senhorita, estou ouvindo muito mal. Ah!... Fredy, meu amigo. Quero que me faça um favor. Venda todas as nossas plantações de cacau, de café e açúcar a William Bradley... Correto, sim. E que esse dinheiro seja investido em uma fundação cultural, com meu nome naturalmente... Claro! Você tem de vender em dólares, duzentos milhões... À vista... Sim, uma fundação cultural, ou melhor, Fundação de Ciências e Humanidades, com meu nome, Manuel Prado Diaz Segundo. Uma coisa que fique perfeita, linda, significativa. Compreende Fredy? Lembra-se daquele filósofo famoso que fugiu de Eldorado?... Sim, Gonzales Mora. Pois bem, chame-o, que regresse ao país para dirigir essa fundação. Não, não Fredy! É que... bem, sinto novas emoções... Sim, Fredy, coisas muito estranhas, meu querido amigo... Um momento, Fredy, um momento. Ouça... Diga... Alô, senhorita, não ouço nada... Sim, você está ouvindo mas eu não ouço... Tempestade?... Terremoto?... Vulcões? Os vulcões eu extingui todos, senhorita... Alô, sim... Alba! Alba querida, me preocupa tanto tua felicidade, me preocupa muito... Alba, que lindo, que lindo que é teu nome!... Sim, faz uns cinco anos que não nos vemos. E teu marido? Como vai teu marido? Não, Alba, não. Eu apenas queria saber algo sobre a Margarida. Continua no convento? Porque me disseram que há cinco anos ela havia abandonado o convento e que havia se casado. É verdade, Alba?... E é feliz?... Bem, Alba, você sabe que Margarida teve um desengano amoroso por minha culpa. Sim, Fredy, Fredy... Como? Setenta milhões? Não duzentos!... Setenta à vista ou a prazo... À vista? Pois bem, pode vender, venda, venda. Mas ouça Fredy, deposite na conta secreta que tenho na Suíça. Sim... Não, não, não! Quero que não se esqueça de escrever minha biografia como já havíamos combinado... E conte tudo, todo o bem e todo o mal que eu fiz... Sim, o mal! Que me julguem depois. E a estátua? Não se esqueça da estátua, coloque-a na praça, na pracinha que está defronte do campo de futebol... Como?... O que você diz, Fredy? Que mataram?... Quantos morreram?... E o chefe também?... Que azar! O Capitão era um homem tão inteligente! Era um

verdadeiro nacionalista!... Você sabe, Fredy, eu lhe mandei algum dinheiro numa ocasião em que necessitava. Todas as guerras custam dinheiro, as grandes e as pequenas... Todas custam dinheiro... Sim... Alba... Alba... O Panteon de Beatriz, as pessoas continuam indo todos os domingos?... Levar flores ao seu túmulo? O povo de Eldorado sabe que tudo o que eu fiz foi graças a ela?... Para beneficiar o povo?... Porque tu sabes, Alba, que o filho que ela mais queria, seu filho mais amado era o povo, o povo soberano... Sim... Fredy... Como?... também o Pedro! Gaúcho!... morreu... Pedro... morreu Pedro! Pedro, meu velho Pedro... era um verdadeiro idealista. Devemos publicar, Alba... Fredy! Devemos publicar todos os seus discursos e ensaios... Não, poemas não, os poemas eram muito ruins. Ouça, Fredy... já encomendaram uma missa pela salvação de sua alma? Ah! Na Igreja de São Sebastião... correto, muito bem... Alba, quando fores ao túmulo de Beatriz... Quero primeiro que me perdoes por tudo o que fiz e também rogar a Deus por mim. Tenho a consciência tranqüila, Fredy! E agora...

(*canta*) “Encosta abaixo na descida/ as ilusões perdidas...”

(*continua a falar*) Eu não posso esquecer! Fredy! Faça o que quiser, mas que o povo soberano reconheça que ela era uma santa! Alba, Fredy... vocês se lembram? Lembra, Alba? A canção que mais lhe agradava?... Gaúcho... vou te ensinar.

Diaz deixa os fones sobre a mesa, afaga o cachorro, canta.

Diaz: Sul, paredão e depois.../ Sul, uma luz de armazém, / já nunca me verás como me vias,/ encostado na vitrine esperando-te.../ tudo morto.../ (fala alto) Charlie! Charlie! (Rocha, 1985, p. 385 e 386).

O encadeamento aleatório de frases, compondo como que uma série de traduções absurdas, umas em relação às outras, transforma o monólogo de Diaz II numa brincadeira de não senso. O efeito produzido pela cena, sobre as seguintes, que compõem o filme, é de desqualificação da palavra do poder ditatorial, de desorientação completa das instâncias controladoras do Estado.

Mesmo com todo esse derramamento de palavras, quase que desconexas, de Diaz II, quem poderá dizer que *Cabeças cortadas* é apenas um delírio de Glauber, ou que *Terra em transe* nada tem a ver com “a história de Jango, do Arraes, do Lacerda... a história do janguismo no Brasil contada num país da América Latina”⁵⁰, ou que foi apenas um profundo entusiasmo que fez Glauber ver em Jango o “Sol Tupã... filho de Getúlio, herdeiro de altos astrais, integradores, libertadores do país”⁵¹, ou ainda que Cony exagerou na imaginação ao contar o que tinha presenciado no Posto Seis, ao lado de Drummond, e ao rememorar o 1º de abril de 1964, percebendo que a narrativa intitulada *A Revolta do Forte, vitória da legalidade*, rubricada por oficiais rebelados no Forte de

⁵⁰Filme *Glauber, o filme – do Brasil*, de Silvio Tendler (2004).

⁵¹Idem.

Copacabana, que se propuseram a contar “os acontecimentos, exatamente como se passaram” traz a data do evento errada, como relata o jornalista Elio Gaspari em seu livro *A Ditadura envergonhada?*:

O Exército, que no dia 31 dormira janguista, acordaria revolucionário, mas sairia da cama aos poucos. No meio da madrugada, no Recife, um filho do governador Miguel Arraes interrompeu a vigília montada no palácio das Princesas e entrou no salão gritando: “Os soldados estão cercando a casa!”. Houve um sobressalto, mas o menino sorriu e confessou a brincadeira: “Primeiro-de-abril...” Começara, de fato, um gigantesco Dia da Mentira, não só pelo que nele se mentiu, mas sobretudo pelo que dele se falseou. (...) os fatos estão corretamente apresentados, mas a relíquia (*A Revolta do Forte, vitória da legalidade*, texto em poder do general Newton Cruz, com quem o jornalista obteve uma cópia) contém uma falsidade: a data. Segundo a narrativa, o forte rebelou-se na manhã de 31 de março, (...). Na realidade, os acontecimentos se passaram exatamente um dia depois (2002, p.95).

A diferença que se impõe, a partir daí, entre os “delírios” de Glauber e Coney e o relato oficial dos militares sobre o Golpe de 64 é que os primeiros, até hoje, são capazes de desestabilizar o senso coletivo, enquanto o segundo, na medida em que o tempo passou, foi perdendo o poder que tinha quando foi produzido.